



HOMOLOGAÇÃO	
D.M. 13/07/01	
D.O.U. 16/7/01	Seção JCP.18
ATO: P.M 1496 13-7-01	
D.O.U. 16/7/01	Seção ICP.6

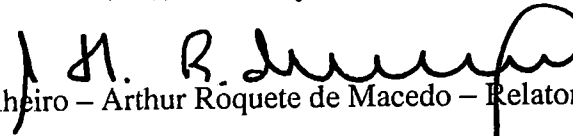
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Sociedade de Ensino Superior de Alagoas		UF: AL
ASSUNTO: Aprovação de Regimento da Faculdade de Alagoas, com sede em Maceió, no Estado de Alagoas.		
RELATOR(A): Arthur Roquete de Macedo		
PROCESSO(S) Nº(S): 23000-008845/99-80		
PARECER Nº: CNE/CES 844/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 05/06/2001

I - RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR

De acordo com o Relatório SESu/CGLNES 67/2001, manifesto-me favoravelmente à aprovação do Regimento da Faculdade de Alagoas, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Maceió, mantida pela Sociedade de Ensino Superior de Alagoas, com sede no município de Maceió, ambos no Estado de Alagoas

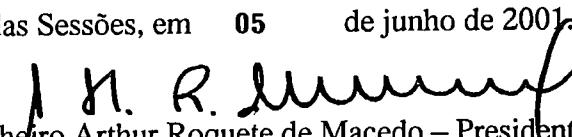
Brasília(DF), 05 de junho de 2001.


  
Conselheiro - Arthur Roquete de Macedo - Relator

II - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do Relator.

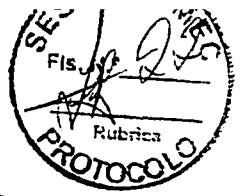
Sala das Sessões, em 05 de junho de 2001.

  
Conselheiro Arthur Roquete de Macedo - Presidente

  
Conselheiro José Carlos Almeida da Silva - Vice-Presidente

*Arthur*

20/01/2001



43

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
COORDENAÇÃO GERAL DE LEGISLAÇÃO E NORMAS DO ENSINO SUPERIOR**

**RELATÓRIO/SESu/CGLNES/Nº 67 / 2001**

Processo : 23000.008845/99-80  
Interessado : Faculdade de Alagoas  
Assunto : Aprovação de Regimento – Compatibilização com a  
LDB

**I – HISTÓRICO**

Trata-se de pedido de aprovação do regimento da Faculdade de Alagoas com vistas a compatibilizar os atos legais da IES com a Lei 9.394/96 (LDB) e legislação correlata.

ck Numa primeira análise da proposta regimental, foram encontrados aspectos não condizentes com a legislação em pauta, tendo o processo baixado em diligência para que fossem procedidos os ajustes pertinentes. Cumprida a diligência pela IES, retornou o processo para análise.

Acompanha o expediente acima mencionado, a seguinte documentação: ofício de encaminhamento, 3 vias da proposta de regimento, o regimento em vigor, a ata do colegiado deliberativo superior da IES e os dados dos cursos ministrados pela IES.

**II – ANÁLISE**

A análise segue os tópicos constantes da planilha de verificação que instrui o processo, na seguinte ordem: informações básicas, objetivos institucionais, organização administrativa, funcionalidade acadêmica e documentação necessária.

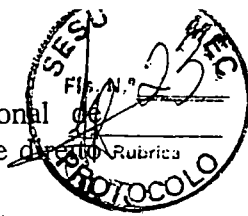
A IES não possui regimento aprovado. O credenciamento ocorreu em 13/04/99 através do Parecer CNE nº 301/99 e Portaria MEC nº 631/99, que autorizou o funcionamento do curso de Administração.

O texto regimental é composto por 86 artigos, distribuídos em 10 títulos, 26 capítulos e 2 seções, atendendo a legislação educacional vigente e as orientações emanadas desta Secretaria. Foram introduzidas as modificações decorrentes da nova LDB e legislação correlata.

A IES exhibe no artigo 1º da proposta regimental denominação compatível com a legislação (art. 8º, IV, do Dec. nº 2.306/97). A organização acadêmica adotada pela IES

*JH*

encontra ressonância nas determinações desta Secretaria e do Conselho Nacional de Educação. O mesmo artigo dispõe sobre a entidade mantenedora, pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída.



Os objetivos institucionais elencados no artigo 2º da proposta são perfeitamente compatíveis com as disposições do artigo 43 da LDB.

O artigo 6º dispõe sobre a estrutura organizacional da IES. O artigo 8º da proposta regimental consigna que o órgão deliberativo máximo da IES será composto por doze membros, sendo cinco docentes.

A entidade mantenedora indicará o dirigente, conforme disposto no artigo 15 da proposta. O mesmo artigo demonstra que, embora nomeado pela mantenedora, o dirigente da IES é investido com mandato. Isto evidencia não ser ele demissível *ad nutum* caso decaia da confiança da mantenedora no curso de sua gestão. Sua exoneração somente pode decorrer da apuração de irregularidade mediante processo administrativo assegurado o contraditório e a ampla defesa, ou de pedido do próprio dirigente. O Coordenador Geral da IES exercerá mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Quanto à exigência de autonomia limitada, decorrência necessária dos artigos 52 e 53 da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), está plenamente atendida na proposta regimental, especialmente no artigo 1º, § 1º que determina a observância pela IES da legislação do ensino superior.

Os cursos e programas oferecidos pela IES são aqueles previstos pelo artigo 26 da LDB e estão enumerados no artigo 25 da proposta regimental.

O regime escolar está disciplinado na proposta regimental, abordando os temas relativos à duração mínima do período letivo (art. 33), a exigência de catálogo de curso (art. 34) e ao ingresso na instituição (art. 26). Nos diversos aspectos tratados, estão atendidas as exigências impostas pela legislação.

O artigo 45 § 3º trata do aproveitamento discente extraordinário atendendo ao disposto no artigo 47, §2º da LDB. O artigo 55 consigna que a frequência dos docentes é obrigatória, em conformidade com o disposto no art. 47, §3º da LDB. O artigo 44 consigna que a frequência discente é obrigatória.

No artigo 40 da proposta regimental está disciplinada a transferência discente, atendidas as disposições legais que regem a matéria. O § 1º do mesmo artigo trata das transferências *ex officio*, dispondo que estas dar-se-ão na forma da lei.

O artigo 30 da proposta regimental dispõe sobre a composição dos currículos dos cursos de graduação, consignando que serão observadas as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Poder Público.

As relações com a entidade mantenedora vêm disciplinadas nos artigos 76 e 77 da proposta regimental. Neste aspecto o regimento consigna, principalmente, que as decisões que importem aumento de despesas deverão ser submetidas à apreciação daquela entidade. Esta orientação se coaduna com o previsto na legislação do ensino.

Finalmente, registre-se que foi recomendada a revisão lingüística, nos termos do que estatui o Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999.



Numa abordagem de conjunto, percebe-se que a proposta regimental está compatível com os princípios e diretrizes constantes no ordenamento positivo vigente para a educação nacional. Ressalta-se a adequação ao art. 206 da Constituição Federal, à Lei 9.394/96 e à legislação regulamentar infralegal.

Portanto, tendo a Instituição atendido as diligências solicitadas e acostado aos autos a documentação necessária à aprovação requerida, entende-se que a matéria está em condições de ser apreciada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

### III - CONCLUSÃO

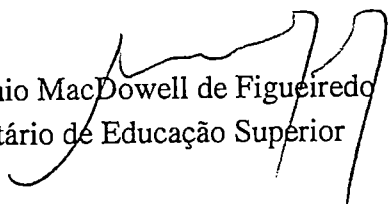
Orienta-se no sentido do encaminhamento do presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, sugerindo a aprovação do regimento da Faculdade de Alagoas, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Maceió, Estado de Alagoas, mantida pela Sociedade de Ensino Superior de Alagoas, com sede no município de Maceió, Estado de Alagoas.

Brasília, 28 de março de 2001.

  
José Luiz da Silva Valente

Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior

De acordo.

  
Antonio MacDowell de Figueiredo  
Secretário de Educação Superior